



PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE: DESDOBRAMENTOS E CONTRADIÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Sâmia Maria Lima dos Santos ¹
Andréia Ferreira da Silva ²

AWARD FOR TOP-NOTCH SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF CRATO-CE: developments and contradictions of a public policy for improving the quality of education

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a organização e gestão de uma escola municipal do Crato-CE contemplada com o prêmio Escola Nota Dez em 2019, examinando as estratégias e ações adotadas que viabilizaram tal reconhecimento. A investigação foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos de política educacional, observação da infraestrutura da escola e dos recursos materiais e didáticos disponíveis, bem como realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes. O estudo orientou-se pelas categorias do materialismo histórico-dialético: historicidade, totalidade e contradição e pelo estabelecimento e análise das seguintes categorias de conteúdo: avaliação externa em larga escala, responsabilização, e organização e gestão escolar. A análise evidenciou que a busca pelo Prêmio mobilizou a adoção, pela equipe gestora e professoras, de estratégias como: ranqueamento dos estudantes, com o uso de pirâmides e gráficos para medir e expor os resultados de desempenho escolar; distribuição de premiações para os discentes, conforme resultados de desempenho; monitoramento do trabalho dos professores; e o alinhamento do planejamento das atividades da gestão e das aulas tendo como foco a avaliação externa. A investigação revelou que o Prêmio, embora instituído como política pública que visa à melhoria da qualidade da educação escolar no estado, configura-se como um dispositivo atravessado por limites e contradições. Dentre as quais se destacam o alcance de melhores resultados no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece) por escola marcada por grandes restrições materiais e estruturais; a incessante busca pela melhoria de desempenhos e resultados e a (im)possibilidade da implantação de processos formativos que viabilizem a plena formação da pessoa e do educando, conforme definido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (1996), respectivamente.

Palavras-chave: políticas educacionais. avaliação externa e em larga escala. Prêmio Escola Nota Dez. organização e gestão escolar.

Abstract

This article analyzes the organization and management of a municipal school in Crato/CE, which received the Top Ten School award in 2019, examining the strategies and actions adopted that enabled this recognition. The investigation was developed through a literature review, analysis of educational policy documents, observation of the school's infrastructure and available material and teaching resources, as well as semi-structured interviews with managers and teachers. The investigation was guided by the following categories of analysis: historicity, totality, and contradiction; and the content categories: large-scale external evaluation, accountability, and school organization and management. The analysis showed that the pursuit of the award mobilized the adoption, by the management team and teachers, of specific strategies, such as: ranking of students, using pyramids and

1 Doutoranda em Educação pela UFPE. Mestra em Educação pelo PPGE/UFCEG/PB. Assessora Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Professora integrante do quadro de servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação (SME/Crato/CE). E-mail samalisantos@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7078250569192689>

2 Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Campina Grande. <https://orcid.org/0000-0001-9574-3808>. E-mail: silvaandrea@uol.com.br

graphs to measure and display the results of school performance; distribution of awards to students, according to performance results; monitoring of teachers' work; alignment of the planning of management activities and classes focusing on external evaluation. The investigation revealed that the Award, although established as a public policy aimed at improving the quality of school education in the state, is a mechanism fraught with limitations and contradictions. Among these, the following stand out: the achievement of better results in the Permanent System for the Evaluation of Basic Education in Ceará (Spaeece) by schools marked by significant material and structural constraints; the incessant pursuit of improved performance and results; and the (im)possibility of implementing formative processes that enable the full development of the individual and the student, as defined in the 1988 Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) (1996), respectively.

Keywords: educational policies. external and large-scale assessment. Top Ten School Award. school organization and management.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta resultados de pesquisa³ que analisou os desdobramentos do Prêmio Escola Nota Dez na organização e na gestão de uma escola municipal do Crato⁴/CE, contemplada com essa bonificação no ano de 2019. O Prêmio⁵, criado pela Lei nº. 14.371, de 19 de junho de 2009, consiste em uma recompensa financeira, instituída pelo governo do estado do Ceará, destinada às escolas públicas municipais. A sua concessão ocorre anualmente e conta com a participação dos 184 municípios do estado. A obtenção da gratificação está condicionada aos resultados do rendimento escolar dos estudantes das turmas do 2º, 5º e 9º do ensino fundamental (EF), obtidos no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece).

Este estudo analisa o referido Prêmio como uma política de *accountability* educacional, refletindo sobre os seus desdobramentos na escola pesquisada e as contradições que permeiam a sua implantação. A *accountability* educacional é um conceito poliédrico que, segundo Afonso (2009), constitui-se pela articulação de três pilares indissociáveis: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Nesse modelo, a avaliação consiste em condição indispensável para a operacionalização dos demais.

Tendo em vista a importância que tal política assumiu na educação cearense e sua consolidação como modelo de sucesso no país por sua força indutora, conforme apontado por Araújo (2019), Costa (2020), Silva, Silva e Freire (2022), Celedonio e Gussi (2023) e Diógenes e Silva (2022), este artigo analisa a organização e a gestão de uma escola municipal do Crato/CE, examinando as estratégias e ações adotadas que viabilizaram a obtenção do Prêmio e as relações estabelecidas entre a escola, a Secretaria Municipal de Educação (SME) do Crato e a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE) no acompanhamento dos resultados da instituição no Spaeece.

Para alcançar o objetivo proposto, além desta introdução, o artigo estrutura-se em três seções. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico, discute-se o termo *accountability* e sua materialização no contexto educacional cearense, e são expostas, brevemente, as escolhas metodológicas. Na segunda, analisa-se o Prêmio Escola Nota Dez. Na terceira, examinam-se os desdobramentos da busca pelo Prêmio, registrando as condições de

3 Dissertação intitulada "Desdobramentos do Prêmio Escola Nota Dez na organização e na gestão de uma escola municipal do Crato/CE" (2022), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCG).

4 Localizado no Cariri cearense, Crato foi fundado em 21 de junho de 1853. Com uma população de 133.000 habitantes (IBGE), o município registrou, em 2023, um PIB per capita de 18.661,32, ocupando a 49ª colocação entre os 184 municípios do estado (IBGE). Na área educacional, a infraestrutura local conta com 75 unidades escolares, distribuídas em 51 no território urbano e 24 no território rural, conforme dados extraídos da plataforma QEdu.

5 Segundo Costa e Vidal (2021), o objetivo inicial do Prêmio foi induzir os municípios cearenses a definir como prioritária a alfabetização dos alunos do 2º ano do EF, com a instituição de uma bonificação para as escolas públicas municipais com melhores resultados, medido por meio do Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização (IDE-ALFA). O índice corresponde aos resultados dos alunos do 2º ano na avaliação censitária e externa realizada pelo Spaeece. Em 2011, por meio da Lei Estadual nº. 15.052, as turmas de 5º ano do EF também passaram a ser contempladas pelo Prêmio, com base nos resultados do seu Índice de Desempenho Escolar (IDE-5). Em 2015, com a aprovação da Lei nº. 15.923, o Prêmio sofreu mais uma modificação com a definição de sua concessão, também, para as escolas públicas com os melhores resultados no IDE do 9º ano do EF (IDE-9) (Ceará, 2015).

funcionamento da escola, as estratégias e ações desenvolvidas e as articulações entre unidade escolar e as secretarias municipal e estadual de educação. Essa seção reflete, ainda, sobre os limites e as contradições que envolvem a implantação do Prêmio como política pública que visa à melhoria da qualidade da educação escolar no estado. Por fim, delineiam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

O artigo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético por meio das categorias historicidade, totalidade e contradição. Essa escolha permitiu compreender a implantação das políticas de *accountability*, no Ceará, como vinculadas às reformas do Estado e da educação orientadas pela ideologia neoliberal e pelo gerencialismo. Articuladas aos processos de crise mundial do capital, iniciados nos anos 1970, tais reformas buscam a recomposição das taxas de acumulação do capital, a constituição de um Estado gerencial e o fortalecimento do projeto de sociabilidade burguesa.

No Brasil, desde 1990, as políticas educacionais têm se desenvolvido articuladas a mecanismos de *accountability*. Assim, iniciativas de avaliação sistêmica vêm sendo atreladas às medidas de prestação de contas e de responsabilização, via monitoramento, publicização de resultados de desempenho escolar e concessão de premiações e sanções simbólicas e materiais. No estado do Ceará, concretizou-se uma *accountability* gerencial orientada pela noção de Estado regulador e avaliador. Essa perspectiva opõe-se a uma proposta democrática de *accountability* que se volta, como afirma Afonso (2009), para o controle social do Estado visando à efetivação de direitos sociais, especificamente os educacionais.

Embora a *accountability* tenha suas raízes mais profundas em fundamentos democráticos, sua transposição para o campo educacional seguiu um modelo gerencialista pautado apenas na eficiência e na redução de custos. Essa lógica, adotada por correntes neoconservadoras e

neoprodutivistas, descaracteriza o potencial democrático original do conceito (Schneider; Nardi, 2019). Conforme Afonso (2009, p. 16), um sistema de *accountability* democraticamente avançado inclui as dimensões da avaliação, prestação de contas e da responsabilização, “mas dentro de articulações congruentes que se referenciem ou sustentem em valores essenciais como a justiça, a transparência, o direito à informação, a participação, a cidadania.”

No contexto brasileiro, o Ceará consolidou-se como o ente federado precursor da política de *accountability*, criando, em 1992, um sistema próprio de avaliação, o Spaece. Os resultados desse indicador vêm sendo utilizados como referência para a concessão do Prêmio Escola Nota Dez, instituído em 2009, bem como para outras políticas de responsabilização adotadas pelo estado, a exemplo do novo critério de rateio da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Seguindo o exemplo estadual, o município do Crato adotou sua própria política de responsabilização por meio da implantação do Prêmio Educato, criado pela Lei Municipal nº 3.574, de 03 de julho de 2019. Essa iniciativa condiciona a alocação de recursos financeiros à elevação dos resultados das escolas no Spaece.

Em relação à metodologia, o artigo é resultado de revisão bibliográfica, análise de documentos da política educacional, observação das condições de funcionamento da instituição escolar⁶ e realização de entrevistas semiestruturadas. A investigação focou na organização e na gestão da escola, buscando conhecer e analisar as estratégias e ações adotadas pela equipe gestora e professoras para a obtenção do Prêmio em 2019.

No que tange à definição dos critérios de seleção da escola pesquisada, realizou-se, inicialmente, o mapeamento das escolas contempladas com o Prêmio com os melhores resultados, entre 2009, ano de sua instituição, e 2021, período da realização da pesquisa. Constatou-se que apenas duas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Crato haviam sido contempladas nesse intervalo, o que

⁶ A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da UFCG, por meio do Parecer nº. 5.472.062/2022.

revelou o número reduzido de instituições do município com a premiação ao longo de mais de uma década. No contato preliminar com essas unidades escolares, verificou-se que somente uma mantinha a diretora desde o ano da concessão do Prêmio, ocorrida em 2019. Como este estudo objetiva identificar os desdobramentos da busca pela premiação na organização e na gestão escolar, elegeu-se como *lócus* da investigação a escola que permaneceu com a mesma gestora.

A entrevista semiestruturada orientou-se por um roteiro previamente elaborado. Foram entrevistados quatro participantes: a gestora, o ex-coordenador pedagógico e duas ex-professoras das turmas do 2º ano do EF, que atuavam na escola no período referente à conquista da premiação. As entrevistas foram transcritas integralmente.

Para o tratamento dos dados produzidos pelas entrevistas e a aproximação com a realidade investigada, definiram-se as seguintes categorias de conteúdo: avaliação externa em larga escala, responsabilização e organização e gestão escolar. A análise dessas categorias permitiu identificar estratégias, relações, contradições e inferências no discurso, revelando o contexto de sua produção.

No exame das entrevistas transcritas utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo por meio de análises temáticas (Bardin, 2011). Inicialmente, definiu-se o tema como unidade de registro, seguindo-se pela codificação e categorização temática das falas a partir de segmentos predefinidos. A seguir, as categorias previstas inicialmente foram atualizadas, conforme a contagem de sua recorrência de aparição. Por fim, os dados das entrevistas foram submetidos à triangulação com a análise das condições de funcionamento da escola e o referencial teórico adotado, o que possibilitou desvelar processos, estratégias e contradições subjacentes à realidade estudada.

3 PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

O Prêmio Escola Nota Dez trata-se de uma política de incentivo para a elevação dos índices de desempenho das escolas públicas municipais e estaduais (Ceará, 2015). Concede premiação às 150 escolas públicas cearenses que alcançam os melhores resultados no ranqueamento de desempenho no Spaece, denominadas de escolas premiadas. Para a concessão do Prêmio, as escolas premiadas devem ter pelo menos 20 alunos matriculados nos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental regular, no momento da avaliação do Spaece, e ter obtido média no IDE - Alfa situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10 (dez) e entre 7,5 (sete e meio) e 10 (dez) na média do IDE- 5º ano e na média do IDE-9 (Ceará, 2015).

As escolas premiadas recebem o valor de R\$ 2.000 por aluno matriculado, com previsão de ser repassado para as escolas em duas parcelas: a primeira a ser concedida no momento oficial da divulgação da premiação e a segunda condicionada ao alcance das metas, na próxima avaliação do Spaece, pela escola com baixo desempenho que ficará sob a responsabilidade da escola premiada.

Para contribuir para a melhoria dos desempenhos, o Prêmio prevê a concessão de apoio financeiro e técnico-pedagógico para as escolas com os piores resultados no Spaece, estas são caracterizadas como apoiadas. A cada edição, são apoiadas até 150 escolas que tenham obtido os menores resultados nos 5º e 9º anos, relativos à Língua Portuguesa e Matemática. Para essas unidades, está prevista a concessão de bonificação financeira no valor de R\$ 1.000 por aluno (Ceará, 2015), também a ser repassada em duas etapas: a primeira no momento da divulgação do Prêmio; e a segunda após a realização de novo ciclo avaliativo, condicionada à elevação dos resultados. Pelo exposto, o recebimento da segunda cota do Prêmio não está assegurado para as escolas com os melhores resultados e nem para as com os piores, visto estar vinculado ao cumprimento das metas estabelecidas para estas últimas.⁷

7 Mesmo o repasse da primeira parcela do Prêmio pode sofrer atrasos ou interrupções, assim como foi identificado na escola pesquisada que, até o momento de realização dessa pesquisa em 2022, não havia recebido a primeira cota referente ao ano de 2019.

A divulgação das escolas contempladas com o Prêmio Escola Nota Dez é realizada em Fortaleza-CE por meio de uma solenidade oficial que conta com a presença do Governador, prefeitos e apoiadores. A cerimônia é amplamente transmitida e noticiada pela imprensa televisiva, veiculada nas redes sociais governamentais e formalizada mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

O Prêmio funciona como uma *accountability* de duplo efeito, simbólico e material. O efeito simbólico concretiza-se na publicização dos resultados, gerando reconhecimento para a escola com melhor resultado e estigma para a escola com o pior desempenho. Simultaneamente, o efeito material é evidenciado pelo repasse de recursos financeiros. O constrangimento das escolas apoiadas, que são excluídas da cerimônia oficial, denuncia o caráter punitivo do Prêmio, causando uma “punição invisível” (Costa, 2020).

A política de indução materializada no Prêmio Escola Nota Dez, segundo Correa (2018), é constituída de duas estruturas de incentivo, a competição e a compensação. A primeira, ao prever a bonificação financeira para as escolas com os melhores resultados de desempenho, o Prêmio cria entre os atores escolares a expectativa prévia por seu alcance, o que ocasiona uma disputa entre as escolas por sua conquista. A segunda, a compensação, que visa a “corrigir possíveis distorções internas causadas pela primeira, isto é, pela competição na parte de cima do *ranking*” (Correa, 2018, p. 119), que seria feita por meio de sua concessão às escolas com os piores resultados. Desse modo, um dos efeitos colaterais da distribuição de premiação, o aprofundamento da desigualdade entre as escolas com piores e melhores resultados, seria reduzido, o que manteria o “interesse” pela premiação até pelos profissionais das instituições de baixo desempenho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A unidade escolar estudada é de pequeno porte situada no território rural do município do Crato-CE. Em 2022, a instituição contava com um total de 87 matrículas, abrangendo desde a creche até o segundo ano do EF, no formato multisseriado. O

corpo docente era composto por sete professoras, todas com licenciatura plena em Pedagogia, sendo cinco atuantes na educação infantil e duas nos anos iniciais. Do total, seis pertenciam ao quadro efetivo da rede de municipal de ensino e uma com vínculo temporário. A equipe administrativa e de serviços era constituída por uma diretora, um auxiliar de serviços gerais, duas merendeiras e um porteiro.

A escola dispunha de três salas de aula, uma sala conjugada para a Secretaria e a Diretoria, uma cozinha, um depósito de mantimentos, dois banheiros, um feminino e outro masculino, e um pátio coberto. O estabelecimento contava com energia elétrica, mas não possuía computadores, nem para o uso dos estudantes, nem para as atividades da secretaria. O acesso à internet era restrito às professoras e à equipe gestora. Também não possuía refeitório, quadra de esportes, sala de professores, sala de leitura ou biblioteca, tampouco laboratórios.

O abastecimento de água tratada da instituição vinha da rede pública e apresentava-se insuficiente. A água chegava de forma intermitente a apenas uma torneira, que abastecia um único reservatório, o que tornava o sistema hidráulico incapaz de atender às necessidades da escola, conforme relatado por uma entrevistada.

A observação das condições de funcionamento da instituição revelou uma contradição: embora a escola ostentasse o *status* de “referência” no município e fosse validada publicamente como modelo de gestão e eficiência pedagógica por ter conquistado o Prêmio, as suas condições de funcionamento eram atravessadas por graves limitações infraestruturais e de recursos didático-pedagógicos. Foram identificadas a falta de recursos materiais para subsidiar os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes, a precariedade das condições de trabalho das professoras e limitações no acesso ao abastecimento de água. Desse modo, conforme aponta Silva (2015), o alcance de metas de desempenho pode ocultar problemas presentes nas escolas, que não são capturados pelos sistemas de avaliação externa da educação em curso no país.

O caráter paradoxal dessa política é acentuado pelo fato de a instituição situar-se em área rural, marcada

historicamente por profundas contradições relativas às desigualdades socioeconômicas e à garantia do direito à educação (Morais, 2014). Assim, no contexto analisado, a escola destacava-se pelo alcance de resultados satisfatórios na avaliação externa realizada pelo estado, mas não lograva, até o momento de realização da pesquisa, alcançar melhorias nas suas condições de funcionamento, como muitas das escolas rurais do país.

Com base nos dados obtidos por meio das entrevistas, identificaram-se ações e estratégias adotadas no cotidiano escolar direcionadas à conquista do Prêmio Escola Nota Dez, expostas a seguir.

Entre as principais ações, destacou-se o trabalho pedagógico focado nos descritores da matriz de referência do Spaece. A atuação da SME-Crato no acompanhamento contínuo desse processo também foi uma das ações identificadas na pesquisa. Todas as entrevistadas afirmaram que o trabalho com a matriz e os descritores tinha como objetivo a preparação dos estudantes para o Spaece, inclusive com a realização de simulados. As orientações e o acompanhamento da SME e da Seduc-CE ocorriam pelo monitoramento dos resultados e pela oferta de formação continuada para os professores, com foco na avaliação estadual.

Outra estratégia identificada referiu-se à realização de gincanas de conhecimento, previstas no projeto "Aquece Spaece", as quais englobavam brincadeiras e a distribuição de premiações com base no desempenho escolar. Essa iniciativa foi indicada por todas as respondentes como um estímulo eficaz para os estudantes, pois promovia a competição com o objetivo de elevar os índices na avaliação do Spaece. A Professora 2 informou que "[...] a escola promovia a gincana e se encontrava com uma outra escola... e era uma **competição** [...]" (Professora 2, grifos nossos).

Em 2019, a equipe da SME/Crato distribuiu placas de reconhecimento às instituições participantes das gincanas. Segundo a diretora, esses eventos ocorriam em parceria com quatro escolas circunvizinhas. A dinâmica baseava-se na resolução de simulados, atividades em sala de aula e tarefas extras, realizadas tanto no espaço da unidade premiada quanto nas demais concorrentes ao Prêmio. Segundo a gestora

da escola pesquisada, "a SME estava a par desde o início do projeto [Aquece Spaece], vinham como participantes da gincana pra prestigiar, pra ver o trabalho".

A gestão também utilizou a criação e a divulgação de cartazes para motivar os estudantes na véspera do Spaece. Um exemplo foi o painel de contagem regressiva para a avaliação, no qual os dias eram atualizados, conforme a data se aproximava. Essa estrutura ficava afixada no pátio da escola, em um local de grande visibilidade.

O uso de "pirâmides de mérito" com a exposição dos resultados de desempenho escolar de cada estudante, também, foi identificado como uma estratégia de estímulo para uma maior dedicação ao estudo. Conforme a diretora, foi dado um desenho com "**uma pirâmide pra cada aluno**". Cada desenho tinha o nome do aluno [...] e a pirâmidezinha, o graficozinho [...], e aí seu gráfico ia subindo na medida que [ele] ia melhorando nos descritores" (Diretora). O mecanismo descrito evidencia a adoção da lógica da comparação e da competição nas práticas pedagógicas executadas na escola investigada.

Como estratégia pedagógica, a escola pesquisada implementou o monitoramento de resultados para a identificação dos melhores estudantes da turma. Essa ação tomou como referência os resultados dos discentes nos "simulados", "atividades em salas de aula" e "atividades extra" (Diretora). Os simulados eram realizados com a aplicação de questões de edições anteriores das provas do Spaece, com o objetivo de adaptar os estudantes ao formato das questões.

O princípio da meritocracia, focado na responsabilização individual, foi evidenciado na concessão, pela escola, de premiação por mérito, conforme explicitado pelas professoras: "[...] nós fizemos [...], **dinâmicas de premiação**, por exemplo, nós aplicávamos um simulado [...], então os alunos que tiverem atingido nota máxima irão ganhar uma premiação melhor [...]" (Diretora, grifos nossos). A fala confirma a estreita relação entre a "evolução da aprendizagem" dos discentes, tendo em vista a avaliação do Spaece, e a distribuição de prêmios atrelada aos indicadores.

A realização de gincanas, a exposição de gráficos e a distribuição de prêmios com base nos resultados de desempenho indicaram o direcionamento das atividades da escola para a perspectiva da gestão por resultados e o desenvolvimento do espírito competitivo. Segundo Araújo (2020, p. 32), "essa estratégia tende a pressionar e a impulsionar as crianças a realizarem as atividades curriculares condicionando um determinado comportamento escolar almejado ao ganho de brindes e prêmios", o que pode expressar a secundarização de processos formativos mais amplos e sólidos, essenciais para a autonomia dos estudantes.

Outra estratégia identificada consistiu na padronização curricular e organizacional, a partir de um trabalho em rede definido pelo município e que desconsiderou o contexto rural da instituição pesquisada. Esse cenário de estandardização acendeu-nos um sinal de alerta ao secundarizar as especificidades das escolas situadas em territórios rurais, a despeito das diretrizes oficiais que estabelecem a necessidade de sua consideração nas propostas curriculares.

Assim, o saber escolar oficial, as matrizes de referência e os sistemas de avaliação precisam dialogar com a multiplicidade de saberes dos estudantes residentes em territórios rurais. Contudo, a política expressa no Prêmio Escola Nota Dez avalia quantitativamente e de forma padronizada todas as escolas. Essa abordagem parte de uma perspectiva de homogeneização, deixando em segundo plano as especificidades inerentes à cada instituição. "[...] Então às vezes **a gente era contado como números** [...]" (Coordenador, grifos nossos). Conforme as entrevistadas, os conteúdos eram organizados e a rotina de ensino era elaborada de forma padronizada pelo município. Essa padronização dos conteúdos de aprendizagem e dos objetivos de ensino contribui para a formação de hábitos e atitudes dos alunos (Freitas, 2018).

O foco do Prêmio nos resultados dos discentes do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e a perspectiva da escola pesquisada de desenvolver um trabalho voltado para a preparação para o Spaece Alfa e, por isso, focava na aprendizagem da leitura e da escrita, secundarizava as demais disciplinas de

igual relevância. Para Freitas (2018), o conceito de educação vem sendo reduzido ao de aprendizagem de leitura em testes padronizados, usualmente de múltipla escolha, induzindo a escola a se concentrar nessa disciplina causando um esvaziamento das outras.

Manter ações consideradas exitosas pelas entrevistadas foi outra estratégia apontada no relato das respondentes. A escola replicou essas práticas por julgar que contribuíram para elevar os resultados no Spaece e conquistar o Prêmio no ano de 2019, o que, na perspectiva das entrevistadas, rendeu à instituição o *status* de "escola premiada". O Projeto "Aquece Spaece", as reuniões com pais para apresentar o desempenho escolar e as gincanas estão entre as "ações exitosas" citadas e mantidas.

Segundo a Professora 1, tais experiências deram certo e foram incorporadas à prática pedagógica das professoras das turmas avaliadas. Esse modelo é estimulado pelo Prêmio Escola Nota Dez, que possui, entre os seus objetivos, o de valorizar a gestão educacional subsidiada em um modelo focado nas boas práticas de gestão e pedagógicas (Ceará, 2015).

As entrevistas revelaram que os professores são persuadidos a se comprometerem com a elevação dos resultados da rede de ensino, fato que evidencia a responsabilização dos docentes pelos resultados dos estudantes, conforme aponta a Professora 2: "Até quando o pessoal da [Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação] CRED veio, eles foram orientando, mostrando os gráficos [...] sobre como uma escola [...] que fosse baixa a média puxava o que eles chamam a rede de todas as escolas. A gente fazia o trabalho muito focado nisso." Esse contexto indica a imposição de sanções simbólicas às escolas que não elevavam seus índices, gerando pressão profissional e psicológica por meio da política de premiação.

O elemento da responsabilização manifesta-se no forte engajamento de docentes e gestores na busca pela premiação. "[...] quando fala em Spaece, **a gente veste Spaece**. [...] você **respira Spaece**" (Professora 2, grifos nossos). De acordo com o Coordenador, "[...] a gente queria *tá* entre as melhores pra atingir esses resultados do Crato." Ressalta-se que as

premiações distribuídas aos estudantes eram, por vezes, custeadas pelos próprios professores. “As gratificações [kit escolar – material escolar, chocolate, perfume], às vezes era eu que comprava. Às vezes era alguém do núcleo gestor, algum professor [...]” (Diretora).

Essas ações de monitoramento ganharam corpo nos processos de formação continuada com foco no Spaece, promovidos pela SME-Crato e pela Seduc-CE em parceria com a gestão escolar, com vistas à obtenção do Prêmio. O impacto desse monitoramento surgiu no desabafo do Coordenador: “[...] a gente se sente cobrado [...]”. “[...] Tem as formações para os professores das turmas avaliadas [...]” (Professora 1, grifos nossos). “[...] umas reuniões também com o pessoal da CREDE [...]” (Professora 2).

As falas mostram as relações estabelecidas entre a escola, a SME/Crato e a Seduc-CE no acompanhamento dos resultados da escola no Spaece, objetivando a conquista do Prêmio. Em um “regime de colaboração” sob condicionalidades (Freitas, 2007), competia à Seduc/CE e à SME/Crato o monitoramento do trabalho docente com o acompanhamento dos resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações externas, organização do *ranking* das escolas com os melhores e piores resultados e a oferta de orientações aos professores via formação com a indicação do que deveria ser feito e como para a elevação dos resultados. À gestão escolar cabia monitorar o trabalho docente por meio do acompanhamento dos planos de aula e da rotina diária, além da realização de encontros coletivos para o repasse de orientações advindas da SME/Crato e da Seduc-CE. Nesse contexto, observa-se a implementação de uma cultura de ação cíclica que visa planejar, intervir, acompanhar, monitorar e avaliar (Costa, 2020).

As falas das entrevistadas apontam a contradição constitutiva do “regime de colaboração” instituído entre os entes federados, materializado nas relações estabelecidas entre a Seduc-CE, a SME/Crato e a escola investigada. Embora esse modelo seja apresentado como estratégia de cooperação voltada à melhoria da aprendizagem, as falas das entrevistadas evidenciam que seu *modus operandi* se estrutura por mecanismos de monitoramento e

responsabilização vinculados ao alcance de metas, produzindo relações assimétricas entre Estado, municípios e escolas. Assim, o próprio “regime de colaboração” sob condicionalidades no Ceará se revela contraditório, pois, ao mesmo tempo em que defende relações colaborativas entre os entes federados, intensifica práticas de controle, subordinação e competição.

Nessa perspectiva, as estratégias pedagógicas da escola investigada não podem ser compreendidas como fenômenos isolados, mas como parte de uma totalidade social e educacional na qual se insere a política educacional cearense, marcada pela racionalidade gerencial e pela regulação por desempenho. Desse modo, evidencia-se outra contradição central no “regime de colaboração” empreendido no Ceará, visto que a descentralização, anunciada como fortalecimento da autonomia municipal, resulta apenas como desconcentração da gestão. Na prática, o Estado minimiza sua responsabilidade como provedor direto dos serviços sociais, mas aumenta o controle e a regulação sobre os municípios por meio das avaliações externas, metas e mecanismos de indução financeira (Rabelo, 2014).

Ao pressionarem os professores pela elevação de resultados no Spaece, a Seduc-CE e a SME/Crato adotaram um monitoramento vertical que afastou a cooperação, fundada no princípio da horizontalidade, e estimulou práticas pedagógicas atravessadas pela exclusão e concorrência entre estudantes e escolas. Tal cenário explicita mais uma contradição desse modelo de “colaboração” na prática pedagógica, uma vez que a cobrança excessiva por resultados naturaliza disputas e fragiliza o princípio da democratização do ensino, bem como reforça processos de responsabilização das escolas e dos profissionais da educação pelos resultados obtidos.

Historicamente, o “regime de colaboração” implementado no Ceará insere-se no contexto histórico de reorganização federativa da Constituição de 1988, articulada entre União, estados e municípios. No Ceará, esse processo iniciou-se com a municipalização do ensino em 1995 e foi institucionalizado, em 2007, por meio da implementação do Programa de Alfabetização

na Idade Certa (Paic). Ao longo desse percurso, consolidou-se um *modus operandi* de colaboração marcado por ações cíclicas de monitoramento, avaliações em larga escala, cooperação técnico-pedagógica e mecanismos de distribuição de recursos vinculados ao desempenho educacional. Desse modo, a historicidade desse regime revela uma contradição, pois, embora o discurso oficial anuncie cooperação entre os entes federados, as práticas pedagógicas e financeiras consolidam a indução e a dependência dos municípios em relação ao Estado.

Nessa direção, a implementação do Paic, as mudanças no repasse do ICMS e a dinâmica do Prêmio Escola Nota Dez explicitam mais um aspecto desse paradoxo, visto que, embora apresentadas como mecanismos de incentivo à qualidade educacional, essas iniciativas reforçam a lógica meritocrática e competitiva entre municípios e escolas ao condicionar os recursos ao alcance de resultados. Assim, o regime de colaboração sob condicionalidades, amplia o controle estatal em detrimento da autonomia pedagógica, administrativa e financeira local. Assim, as falas das entrevistadas permitem compreender que o *modus operandi* desse modelo de colaboração produz tensões permanentes entre autonomia e controle, cooperação e concorrência, democratização e regulação, revelando as contradições que atravessam a política educacional cearense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional, o Ceará vem consolidando um sistema de responsabilização de alto impacto na educação básica. Desde 2009, o Prêmio Escola Nota Dez atua como pilar central das políticas de *accountability* educacional efetivando uma cultura de avaliação que tem sua função diagnóstica subvertida ao privilegiar a exposição dos resultados de desempenho dos estudantes e implicações materiais diretas para as escolas. O Prêmio consiste em uma política de indução *high-stakes* que se propõe a alterar processos pedagógicos e de gestão das instituições escolares ao monitorar o trabalho docente, via processos de formação continuada com foco no Spaece, com o objetivo da elevação de

seus resultados. O mecanismo de incentivo busca, por meio da persuasão, engajar os professores na elevação dos resultados da rede de ensino.

As estratégias e ações adotadas pela escola pesquisada, orientadas pelas Secretarias Municipal e Estadual de educação, evidenciam que a política de *accountability*, materializada no Prêmio Escola Nota Dez, reconhece o esforço empreendido pela escola na busca pela premiação, contudo, não tem investido na garantia de condições adequadas para o seu funcionamento, por meio da realização de reforma, ampliação do espaço físico e garantia de materiais didático-pedagógicos diversificados na instituição de ensino investigada.

Nessa perspectiva, a elevação e a publicização dos resultados de desempenho das unidades de ensino no Spaece podem mascarar limitações nas condições de funcionamento da escola, como infraestrutura inadequada e insuficiente, limitações no acesso à água e escassez de materiais didáticos. Ademais, escondem práticas pedagógicas centradas na racionalidade técnica. Ao padronizar metricamente o desempenho escolar e premiar as instituições escolares que alcançam essas métricas, as políticas de responsabilização adotadas no estado do Ceará e no município do Crato parecem estar negligenciando a provisão de condições inerentes à garantia de qualidade socialmente referenciada da educação.

Considerando as delimitações próprias desta pesquisa, por ter sido realizada em uma única unidade escolar, os resultados obtidos configuram-se como um indicativo de tendências e dinâmicas geradas por essa política de premiação.

O artigo evidencia as contradições de uma premiação que busca induzir métricas elevadas no Spaece, revelando um descompasso diante da realidade de escolas que operam em condições precárias. Essa obsessão por indicadores numéricos ocasiona uma dicotomia frente à legislação nacional, uma vez que o foco produtivista inviabiliza o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas à formação plena do educando, princípio assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela LDBEN de 1996.

Espera-se que as análises aqui empreendidas contribuam para a realização de investigações que estudem e reflitam de forma crítica e contextualizada acerca das políticas adotadas no estado do Ceará com vista a questionar a noção de qualidade da educação que as sustentam, tão limitadas em seu potencial formador de uma humanidade comprometida com uma prática social transformadora e reflexiva. Evidencia-se que a ressignificação da *accountability*

depende do resgate da avaliação, da prestação de contas e da responsabilização como dimensões inerentes a uma perspectiva democrática. Tornando-se necessário, portanto, desapropriar a *accountability* da lógica neoliberal e neoprodutivista, reconfigurando-a para uma perspectiva dialógica e ética comprometida com a construção de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes padronizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, n. 13, jul. 2009.

ARAÚJO, K. H. **O Prêmio Escola Nota Dez e suas implicações à subjetividade das crianças do 2º do ensino fundamental do estado do Ceará**. 2020. 285f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ARAÚJO, K. H.; LEITE, R. H.; ANDRIOLA, W. B. Prêmios para escolas e professores com base no desempenho acadêmico discente: a experiência do estado do Ceará (Brasil). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 303-325, jan./abr. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CEARÁ. Lei n.º 15.923, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do ensino fundamental. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2015.

CEARÁ. **Lei n.º 16.450, de 14 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual (2016-2019) e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2017.

CELEDONIO, D. B.; GUSSI, A. F. Avaliações em Larga Escala e o "Caso Cearense": uma revisão crítica de literatura. **Revista Docentes**, [S. l.], v. 8, n. 24, p. 83-92, 2023.

CORREA, E. V. **Accountability na educação: Impactos do Prêmio Escola Nota Dez no sistema público de ensino do Ceará**. 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, A. G. **A política educacional cearense no (des)compasso da *accountability***. 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M. Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará: concessão, ajustes e responsabilização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 261, 13 ago. 2021.

DIÓGENES, E. M. N.; SILVA, T. R. da. Desenho Institucional Do Programa Alfabetização Na Idade Certa. **Revista Docentes**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 63–71, 2022.

FREITAS, D. N.T. de. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores e Associados, 2007.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. Expressão popular: São Paulo, 2018.

MORAIS, S. A. **Gestão escolar e participação no Programa Escola Ativa em Campina Grande-PB (2002-2012) na ótica dos profissionais do magistério**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RABELO, C. D. **Papel do município e relações federativas**: atuação de municípios cearenses nas políticas de formação continuada de alfabetizadores. 2014. 343f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2014.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. **Políticas de accountability em educação**: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2019.

SILVA, A. F.; GONCALVES, E.; NASCIMENTO, M. R. As iniciativas federais de avaliação externa da educação básica e seus desdobramentos nas políticas e nas práticas adotadas em uma escola municipal do agreste paraibano. In: SILVA, A. F. (Org.). **Educação básica**: políticas de avaliação externa e outros temas. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 19-39.

SILVA, A. F.; SILVA, L. L.; FREIRE, A. M. S. Políticas de *Accountability* na Educação Estadual do Ceará, Pernambuco e Paraíba. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 33, p. 1-25, 2022.